



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ

Lei Municipal N° 022/2014

Arneiroz, 16 de Outubro de 2014.

Ementa: estima a receita e, fixa a despesa e sua programação financeira para o exercício financeiro que indica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Arneiroz, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e outorgada pela Lei Orgânica do Município de Arneiroz promulga e sanciona à seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município para o Exercício de 2015, composto pelas Receitas e Despesas do Tesouro Municipal estima a Receita e Fixa a programação da Despesa em igual quantia de R\$ 21.850.000,00 (vinte e um milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. O Orçamento Geral é composto pelos seguintes orçamentos:

| | |
|------------------------------------|--------------------------|
| I. ORÇAMENTO FISCAL | R\$ 13.596.083,05 |
| II. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL | R\$ 8.253.916,95 |
| TOTAL GERAL | R\$ 21.850.000,00 |

Art. 2º A Receita será realizada com o produto do que for arrecadado na forma da legislação em vigor e das constantes do Anexo 2 (Receita), parte integrante deste Projeto de Lei.

Parágrafo único. A Receita Prevista fica distribuída nas seguintes fontes de receitas:

| FONTES DE RECEITAS | PREVISÃO - R\$ |
|---------------------------------|----------------------|
| 1000 RECEITAS CORRENTES | 21.271.200,00 |
| 1100 RECEITA TRIBUTÁRIA | 920.200,00 |
| 1200 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 50.000,00 |
| 1300 RECEITA PATRIMONIAL | 175.000,00 |
| 1400 RECEITA DE SERVIÇOS | 150.000,00 |
| 1700 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 19.645.000,00 |
| 1900 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 331.000,00 |
| 2000 RECEITAS DE CAPITAL | 2.486.200,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 150.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 2.336.200,00 |
| TOTAL DA RECEITA BRUTA | 23.757.400,00 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES | (-) 1.907.400,00 |
| TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA | 21.850.000,00 |



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ

Art. 3º A Despesa será realizada conforme a programação das ações administrativas distribuídas nos Projetos, Atividades e Operações Especiais constantes dos Anexos 2 (Despesa) e, do Anexo 6 ao Anexo 9, que integram este Projeto de Lei.

Parágrafo único. A Despesa fixada fica distribuída nos órgãos, segundo os Poderes Municipais:

I. PODER LEGISLATIVO:

| ÓRGÃO | FIXAÇÃO – R\$ |
|-----------------------------------|---------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL | 1.124.000,00 |
| TOTAL DO PODER LEGISLATIVO | 1.124.000,00 |

II. PODER EXECUTIVO:

| ÓRGÃO | FIXAÇÃO – R\$ |
|---|--------------------------|
| GABINETE DO PREFEITO E VICE | 740.000,00 |
| PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | 91.800,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 220.000,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE ADM. E PLANEJAMENTO | 1.686.500,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERV. PÚBLIC | 2.810.368,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA | 858.000,00 |
| SECRET. DE CULTURA E TURISMO | 166.500,00 |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO | 1.633.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 6.146.309,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 2.394.696,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 1.749.695,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL | 1.517.076,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL | 312.056,00 |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA | 400.000,00 |
| TOTAL GERAL (I + II) | 20.169.800.000,00 |

Art. 4º O Poder Executivo, através de Decreto e no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Lei (após aprovação deste Projeto de Lei), estabelecerá o detalhamento por elemento de Despesa, correspondente aos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Parágrafo Único. O detalhamento observará as Metas Fiscais, a Distribuição das Cotas Bimestrais e o Cronograma de Desembolso Segundo os órgãos que integram a estrutura administrativa do Governo Municipal com recursos especificados nesta Lei, observada a classificação estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 14/10/2008 – Manual de Receita Nacional e Manual de Despesa Nacional.

Art. 5º Durante a execução orçamentária, o Chefe do Poder Executivo poderá limitar o empenho da despesa e bloquear saldos financeiros da distribuição das cotas bimestrais dos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ

Executivo, assim como alterar o cronograma de desembolso financeiro – no que couber, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Fazenda Pública Municipal.

Art. 6º Os valores insuficientemente contemplados no PPA para as realizações das respectivas despesas no exercício a que se refere este Projeto de Lei serão contemplados, orçamentária e financeiramente, de acordo com às disposições do art. 5º, 5º e art. 8º da Lei do PPA para o quadriênio 2014 a 2017, através de abertura de créditos adicionais por Decreto, na forma como dispõe o inciso III do art. 7º deste Projeto de Lei.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - Realizar operações de créditos destinadas a aquisição de diversos equipamentos, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução do Senado Federal;

II - Realizar, até o dia 10 de janeiro do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da Receita, para atender insuficiência de Caixa, observadas a capacidade de endividamento e as disposições regulamentares do Senado Federal, identificando a despesa vinculada mediante a utilização do Identificador de Operações de Crédito – IDOC;

III - Abrir a qualquer época do exercício, até o limite de 100% (cem por cento) do valor estimado da Receita, crédito suplementares, inclusive sobre os créditos adicionais abertos durante a execução deste Orçamento, por projeto, atividade, operações especiais e/ou por elementos da despesa, segundo a oportunidade e conveniência administrativa, utilizando como fundos os recursos previstos no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, respeitadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Atualizar os valores orçados a preço da data da apresentação da proposta orçamentária, para os preços de janeiro do exercício a que ela se refere, observada, a variação do Índice de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo;

V - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite dos recursos transferidos pelos Governos Federal e Estadual, provenientes de convênios com destinação e/ou de execução delegada, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei do Plano Plurianual.

§ 1º A utilização dos fundos para a abertura dos créditos adicionais, depois de justificado o impacto orçamentário, obedecerá a ordem cronológica do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e as obrigações de curto prazo da Fazenda Pública Municipal dos exercícios anteriormente encerrados.

§ 2º Os valores consignados nas ações do Plano Plurianual são considerados créditos plurianuais, desde que iniciada sua execução e segundo a respectiva ação no exercício a que se refere o presente Projeto de Lei Orçamentário.

§ 3º Os créditos adicionais autorizados no último quadrimestre do exercício a que se refere este Projeto de Lei terão vigência no exercício seguinte, observadas as disposições do Art. 167 da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARNEIROZ

§ 4º Os créditos adicionais poderão ser movimentados eletronicamente, observadas as normas gerais de direito financeiro e o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a delegar aos gestores dos órgãos de sua estrutura administrativa a competência para movimentar as dotações orçamentárias atribuídas às respectivas unidades orçamentárias.

§ 1º A consolidação dos resultados mensais da execução orçamentária ficará sob a responsabilidade do Órgão Central de Contabilidade, nos termos do art. 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64, observado no que couber, as determinações e competências dos gestores responsáveis pelos respectivos órgãos.

§ 2º Ocorrendo reestruturação dos órgãos do Poder Executivo, fica o Prefeito Municipal autorizado proceder ao remanejamento total ou parcial das dotações orçamentárias para outros órgãos, respeitados os respectivos valores originais consignados neste Projeto de Lei e a classificação orçamentária segundo os objetivos das ações a que estejam vinculadas.

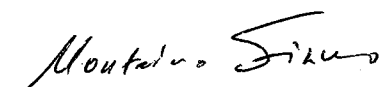
Art. 9º Durante a execução orçamentária, as despesas classificáveis em Operações Especiais serão consignadas no órgão orçamentário transitório "Encargos da Fazenda Pública", inclusive os créditos adicionais abertos com esta finalidade, vedada esta consignação nos órgãos da estrutura administrativa que compõem as Contas de Gestão.

Art. 10º Os Poderes Legislativo e Executivo, manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de cumprir as determinações do art. 74 da Constituição Federal e proporcionar a imediata consolidação das contas públicas municipais resultantes da execução do presente Projeto de Lei, sem prejuízo à independência e a competência dos respectivos controles internos.

Parágrafo único. As disposições do caput deste artigo objetivam apoiar as atividades dos órgãos do sistema de controle externo e permitir a transparência, a publicidade e a avaliação do desempenho administrativo consolidado, resultante da execução orçamentária das contas públicas no exercício a que se refere.

Art. 11º O detalhamento da despesa por elemento e Identificador de Uso – IDUSO e de Operações de Crédito – IDOC e, a respectiva vinculação aos recursos condicionados, serão objetos de decretos individualizados do Poder Executivo.

Paço da Prefeitura Municipal de Arneiroz, 16 de Outubro de 2014.


Antônio **Monteiro Pedrosa Filho**
Prefeito Municipal
Arneiroz-CE

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARANEIROZ

GABINETE DO PREFEITO E VICE
LEI MUNICIPAL Nº 022/2014

Arneiroz, 16 de Outubro de 2014.

Ementa: estima a receita e, fixa a despesa e sua programação financeira para o exercício financeiro que indica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Arneiroz, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e outorgada pela Lei Orgânica do Município de Arneiroz promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município para o Exercício de 2015, composto pelas Receitas e Despesas do Tesouro Municipal estima a Receita e Fixa a programação da Despesa em igual quantia de R\$ 21.850.000,00 (vinte e um milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. O Orçamento Geral é composto pelos seguintes orçamentos:

I. ORÇAMENTO FISCAL R\$ 13.596.083,05
II. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL R\$ 8.253.916,95
TOTAL GERAL R\$ 21.850.000,00

Art. 2º A Receita será realizada com o produto do que for arrecadado na forma da legislação em vigor e das constantes do Anexo 2 (Receita), parte integrante deste Projeto de Lei.

Parágrafo único. A Receita Prevista fica distribuída nas seguintes fontes de receitas:

| FONTES DE RECEITAS | PREVISÃO - R\$ |
|---------------------------------|----------------------|
| 1000 RECEITAS CORRENTES | 21.271.200,00 |
| 1100 RECEITA TRIBUTÁRIA | 920.200,00 |
| 1200 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 50.000,00 |
| 1300 RECEITA PATRIMONIAL | 175.000,00 |
| 1400 RECEITA DE SERVIÇOS | 150.000,00 |
| 1700 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 19.645.000,00 |
| 1900 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 331.000,00 |
| 2000 RECEITAS DE CAPITAL | 2.486.200,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 150.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 2.336.200,00 |
| TOTAL DA RECEITA BRUTA | 23.757.400,00 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES | (-) 1.907.400,00 |
| TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA | 21.850.000,00 |

Art. 3º A Despesa será realizada conforme a programação das ações administrativas distribuídas nos Projetos, Atividades e Operações Especiais constantes dos Anexos 2 (Despesa) e, do Anexo 6 ao Anexo 9, que integram este Projeto de Lei.

Parágrafo único. A Despesa fixada fica distribuída nos órgãos, segundo os Poderes Municipais:

I. PODER LEGISLATIVO:

| ÓRGÃO | FIXAÇÃO - R\$ |
|-----------------------------------|---------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL | 1.124.000,00 |
| TOTAL DO PODER LEGISLATIVO | 1.124.000,00 |

II. PODER EXECUTIVO:

| ÓRGÃO | FIXAÇÃO - R\$ |
|---|----------------------|
| GABINETE DO PREFEITO E VICE | 740.000,00 |
| PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | 91.000,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 220.000,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE ADM. E PLANEJAMENTO | 1.686.500,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERV. PÚBLIC | 2.810.368,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA | 858.000,00 |
| SECRET. DE CULTURA E TURISMO | 166.500,00 |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO | 1.633.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 6.146.309,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 2.394.696,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 1.749.695,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL | 1.517.076,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL | 312.056,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 400.000,00 |
| TOTAL GERAL (I + II) | 20.169.800,00 |

Art. 4º O Poder Executivo, através de Decreto e no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Lei (após aprovação deste Projeto de Lei), estabelecerá o detalhamento por elemento de Despesa, correspondente aos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Parágrafo Único. O detalhamento observará as Metas Fiscais, a Distribuição das Cotas Bimestrais e o Cronograma de Desembolso Segundo os órgãos que integram a estrutura administrativa do Governo Municipal com recursos especificados nesta Lei, observada a classificação estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 14/10/2008 - Manual de Receita Nacional e Manual de Despesa Nacional.

Art. 5º Durante a execução orçamentária, o Chefe do Poder Executivo poderá limitar o empenho da despesa e bloquear saldos financeiros da distribuição das cotas bimestrais dos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo, assim como alterar o cronograma de desembolso financeiro – no que couber, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Fazenda Pública Municipal.

Art. 6º Os valores insuficientemente contemplados no PPA para as realizações das respectivas despesas no exercício a que se refere este Projeto de Lei serão contemplados, orçamentária e financeiramente, de acordo com as disposições do art. 5º, 5º e art. 8º da Lei do PPA para o quadriênio 2014 a 2017, através de abertura de créditos adicionais por Decreto, na forma como dispõe o inciso III do art. 7º deste Projeto de Lei.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

I - Realizar operações de créditos destinadas a aquisição de diversos equipamentos, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução do Senado Federal;

II - Realizar, até o dia 10 de janeiro do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da Receita, para atender insuficiência de Caixa, observadas a capacidade de endividamento e as disposições regulamentares do Senado Federal, identificando a despesa vinculada mediante a utilização do Identificador de Operações de Crédito – IDOC;

III - Abrir a qualquer época do exercício, até o limite de 100% (cem por cento) do valor estimado da Receita, créditos suplementares, inclusive sobre os créditos adicionais abertos durante a execução deste Orçamento, por projeto, atividade, operações especiais e/ou por elementos da despesa, segundo a oportunidade e conveniência administrativa, utilizando como fundos os recursos previstos no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, respeitadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

IV - Analisar os valores orçados a preço da data da apresentação da proposta orçamentária, para os preços de janeiro do exercício a que ela se refere, observada a variação do Índice de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo;

V - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite dos recursos transferidos pelos Governos Federal e Estadual, provenientes de convênios com destinação e/ou de execução delegada, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei do Plano Plurianual.

§ 1º A utilização dos fundos para a abertura dos créditos adicionais, depois de justificado o impacto orçamentário, obedecerá a ordem cronológica do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e as obrigações de curto prazo da Fazenda Pública Municipal dos exercícios anteriormente encerrados.

§ 2º Os valores consignados nas ações do Plano Plurianual são considerados créditos plurianuais, desde que iniciada sua execução e segundo a respectiva ação no exercício a que se refere o presente Projeto de Lei Orçamentário.

§ 3º Os créditos adicionais autorizados no último quadrimestre do exercício a que se refere este Projeto de Lei terão vigência no exercício seguinte, observadas as disposições do Art. 167 da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º Os créditos adicionais poderão ser movimentados eletronicamente, observadas as normas gerais de direito financeiro e o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a delegar aos gestores dos órgãos de sua estrutura administrativa a competência para movimentar as dotações orçamentárias atribuídas às respectivas unidades orçamentárias.

§ 1º A consolidação dos resultados mensais da execução orçamentária ficará sob a responsabilidade do Órgão Central de Contabilidade, nos termos do art. 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64, observado no que couber, as determinações e competências dos gestores responsáveis pelos respectivos órgãos.

§ 2º Ocorrendo reestruturação dos órgãos do Poder Executivo, fica o Prefeito Municipal autorizado proceder ao remanejamento total ou parcial das dotações orçamentárias para outros órgãos, respeitados os respectivos valores originais consignados neste Projeto de Lei e a classificação orçamentária segundo os objetivos das ações a que estejam vinculadas.

Art. 9º Durante a execução orçamentária, as despesas classificáveis em Operações Especiais serão consignadas no órgão orçamentário transitório "Encargos da Fazenda Pública", inclusive os créditos adicionais abertos com esta finalidade, vedada esta consignação nos órgãos da estrutura administrativa que compõem as Contas de Gestão.

Art. 10º Os Poderes Legislativo e Executivo, manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de cumprir as determinações do art. 74 da Constituição Federal e proporcionar a imediata consolidação das contas públicas municipais resultantes da execução do presente Projeto de Lei, sem prejuízo à independência e a competência dos respectivos controles internos.

Parágrafo único. As disposições do caput deste artigo objetivam apoiar as atividades dos órgãos do sistema de controle externo e permitir a transparência, a publicidade e a avaliação do desempenho administrativo consolidado, resultante da execução orçamentária das contas públicas no exercício a que se refere.

Art. 11º O detalhamento da despesa por elemento e Identificador de Uso – IDUSO e de Operações de Crédito – IDOC e, a respectiva vinculação aos recursos condicionados, serão objetos de decretos individualizados do Poder Executivo.

Paço da Prefeitura Municipal de Arneiroz, 16 de Outubro de 2014.

ANTÔNIO MONTEIRO PEDROSA FILHO
Prefeito Municipal
Arneiroz-CE

Publicado por:
Marinete Gonçalves de Lima Carvalho
Código Identificador:D67090C0

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO CEARÁ no dia 02/12/2014. Edição 1077
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o
código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/aprece/>

ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARANEIROZ

GABINETE DO PREFEITO E VICE
LEI MUNICIPAL Nº 022/2014

Arneiroz, 16 de Outubro de 2014.

Ementa: estima a receita e, fixa a despesa e sua programação financeira para o exercício financeiro que indica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Arneiroz, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas e outorgada pela Lei Orgânica do Município de Arneiroz promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento do Município para o Exercício de 2015, composto pelas Receitas e Despesas do Tesouro Municipal estima a Receita e Fixa a programação da Despesa em igual quantia de R\$ 21.850.000,00 (vinte e um milhões e oitocentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo único. O Orçamento Geral é composto pelos seguintes orçamentos:

I. ORÇAMENTO FISCAL R\$ 13.596.083,05
II. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL R\$ 8.253.916,95
TOTAL GERAL R\$ 21.850.000,00

Art. 2º A Receita será realizada com o produto do que for arrecadado na forma da legislação em vigor e das constantes do Anexo 2 (Receita), parte integrante deste Projeto de Lei.

Parágrafo único. A Receita Prevista fica distribuída nas seguintes fontes de receitas:

| FONTES DE RECEITAS | PREVISÃO - R\$ |
|---------------------------------|----------------------|
| 1000 RECEITAS CORRENTES | 21.271.200,00 |
| 1100 RECEITA TRIBUTÁRIA | 920.200,00 |
| 1200 RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES | 50.000,00 |
| 1300 RECEITA PATRIMONIAL | 175.000,00 |
| 1400 RECEITA DE SERVIÇOS | 150.000,00 |
| 1700 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 19.645.000,00 |
| 1900 OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 331.000,00 |
| 2000 RECEITAS DE CAPITAL | 2.486.200,00 |
| ALIENAÇÃO DE BENS | 150.000,00 |
| TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 2.336.200,00 |
| TOTAL DA RECEITA BRUTA | 23.757.400,00 |
| DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES | (-) 1.907.400,00 |
| TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA | 21.850.000,00 |

Art. 3º A Despesa será realizada conforme a programação das ações administrativas distribuídas nos Projetos, Atividades e Operações Especiais constantes dos Anexos 2 (Despesa) e, do Anexo 6 ao Anexo 9, que integram este Projeto de Lei.

Parágrafo único. A Despesa fixada fica distribuída nos órgãos, segundo os Poderes Municipais:

I. PODER LEGISLATIVO:

| ÓRGÃO | FIXAÇÃO - R\$ |
|-----------------------------------|---------------------|
| CÂMARA MUNICIPAL | 1.124.000,00 |
| TOTAL DO PODER LEGISLATIVO | 1.124.000,00 |

II. PODER EXECUTIVO:

| ÓRGÃO | FIXAÇÃO - R\$ |
|---|--------------------------|
| GABINETE DO PREFEITO E VICE | 740.000,00 |
| PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO | 91.300,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS | 220.000,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE ADM. E PLANEJAMENTO | 1.686.500,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E SERV. PÚBLIC | 2.810.366,00 |
| SECRETARIA MUNIC. DE AGRICULTURA | 858.000,00 |
| SECRET. DE CULTURA E TURISMO | 166.500,00 |
| SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTE | 1.633.000,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 6.146.309,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE | 2.394.696,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | 1.749.695,00 |
| SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL | 1.517.076,00 |
| FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL | 312.056,00 |
| RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 400.000,00 |
| TOTAL GERAL (I + II) | 20.169.800.000,00 |

Art. 4º O Poder Executivo, através de Decreto e no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Lei (após aprovação deste Projeto de Lei), estabelecerá o detalhamento por elemento de Despesa, correspondente aos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Parágrafo Único. O detalhamento observará as Metas Fiscais, a Distribuição das Cotas Bimestrais e o Cronograma de Desembolso Segundo os órgãos que integram a estrutura administrativa do Governo Municipal com recursos especificados nesta Lei, observada a classificação estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 14/10/2008 - Manual de Receita Nacional e Manual de Despesa Nacional.

Art. 5º Durante a execução orçamentária, o Chefe do Poder Executivo poderá limitar o empenho da despesa e bloquear saldos financeiros da distribuição das cotas bimestrais dos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo, assim como alterar o cronograma de desembolso financeiro – no que couber, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Fazenda Pública Municipal.

Art. 6º Os valores insuficientemente contemplados no PPA para as realizações das respectivas despesas no exercício a que se refere este Projeto de Lei serão contemplados, orçamentária e financeiramente, de acordo com as disposições do art. 5º, 5º e art. 8º da Lei do PPA para o quadriênio 2014 a 2017, através de abertura de créditos adicionais por Decreto, na forma como dispõe o inciso III do art. 7º deste Projeto de Lei.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a:

- I - Realizar operações de créditos destinadas a aquisição de diversos equipamentos, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320/64 e Resolução do Senado Federal;
- II - Realizar, até o dia 10 de janeiro do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da Receita, para atender insuficiência de Caixa, observadas a capacidade de endividamento e as disposições regulamentares do Senado Federal, identificando a despesa vinculada mediante a utilização do Identificador de Operações de Crédito – IDOC;
- III - Abrir a qualquer época do exercício, até o limite de 100% (cem por cento) do valor estimado da Receita, créditos suplementares, inclusive sobre os créditos adicionais abertos durante a execução deste Orçamento, por projeto, atividade, operações especiais e/ou por elementos da despesa, segundo a oportunidade e conveniência administrativa, utilizando como fundos os recursos previstos no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, respeitadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV - Analisar os valores orçados a preço da data da apresentação da proposta orçamentária, para os preços de janeiro do exercício a que ela se refere, observada a variação do Índice de Preços ao Consumidor – INPC, calculado pela Fundação Getúlio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo;
- V - Abrir créditos adicionais suplementares até o limite dos recursos transferidos pelos Governos Federal e Estadual, provenientes de convênios com destinação e/ou de execução delegada, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei do Plano Plurianual.

§ 1º A utilização dos fundos para a abertura dos créditos adicionais, depois de justificado o impacto orçamentário, obedecerá a ordem cronológica do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e as obrigações de curto prazo da Fazenda Pública Municipal dos exercícios anteriormente encerrados.

§ 2º Os valores consignados nas ações do Plano Plurianual são considerados créditos plurianuais, desde que iniciada sua execução e segundo a respectiva ação no exercício a que se refere o presente Projeto de Lei Orçamentário.

§ 3º Os créditos adicionais autorizados no último quadrimestre do exercício a que se refere este Projeto de Lei terão vigência no exercício seguinte, observadas as disposições do Art. 167 da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º Os créditos adicionais poderão ser movimentados eletronicamente, observadas as normas gerais de direito financeiro e o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a delegar aos gestores dos órgãos de sua estrutura administrativa a competência para movimentar as dotações orçamentárias atribuídas às respectivas unidades orçamentárias.

§ 1º A consolidação dos resultados mensais da execução orçamentária ficará sob a responsabilidade do Órgão Central de Contabilidade, nos termos do art. 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64, observado no que couber, as determinações e competências dos gestores responsáveis pelos respectivos órgãos.

§ 2º Ocorrendo reestruturação dos órgãos do Poder Executivo, fica o Prefeito Municipal autorizado proceder ao remanejamento total ou parcial das dotações orçamentárias para outros órgãos, respeitados os respectivos valores originais consignados neste Projeto de Lei e a classificação orçamentária segundo os objetivos das ações a que estejam vinculadas.

Art. 9º Durante a execução orçamentária, as despesas classificáveis em Operações Especiais serão consignadas no órgão orçamentário transitório “Encargos da Fazenda Pública”, inclusive os créditos adicionais abertos com esta finalidade, vedada esta consignação nos órgãos da estrutura administrativa que compõem as Contas de Gestão.

Art. 10º Os Poderes Legislativo e Executivo, manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de cumprir as determinações do art. 74 da Constituição Federal e proporcionar a imediata consolidação das contas públicas municipais resultantes da execução do presente Projeto de Lei, sem prejuízo à independência e a competência dos respectivos controles internos.

Parágrafo único. As disposições do caput deste artigo objetivam apoiar as atividades dos órgãos do sistema de controle externo e permitir a transparência, a publicidade e a avaliação do desempenho administrativo consolidado, resultante da execução orçamentária das contas públicas no exercício a que se refere.

Art. 11º O detalhamento da despesa por elemento e Identificador de Uso – IDUSO e de Operações de Crédito – IDOC e, a respectiva vinculação aos recursos condicionados, serão objetos de decretos individualizados do Poder Executivo.

Faço da Prefeitura Municipal de Arneiroz, 16 de Outubro de 2014.

ANTÔNIO MONTEIRO PEDROSA FILHO
Prefeito Municipal
Arneiroz-CE

Publicado por:
Marinete Gonçalves de Lima Carvalho
Código Identificador:D67090C0

Materia publicada no DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO CEARÁ no dia 02/12/2014. Edição 1077
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o
código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/aprece/>